



Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

23.junho.2021 – 10H00

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO PÚBLICA –

O garante da aprendizagem de crianças e jovens portadores de deficiência, assente nos pilares: Aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser

O Presidente da Comissão, Deputado Firmino Marques e o Coordenador do Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva (GT EI, que promoveu a audição), Deputado António Cunha, deram as boas vindas aos oradores e aos restantes participantes e transmitiram informações sobre a concretização do programa da audição.

O orador Jorge Humberto Nogueira (docente de educação especial num agrupamento de escolas e formador) referiu, em síntese, que tendo em conta a sua experiência como professor e formador, a legislação atual não introduz grandes mudanças e não acrescenta muito em termos de inclusão, há disparidade de práticas, existem muitas áreas sem resposta, nomeadamente o acompanhamento após a escola, o apoio às famílias, a certificação, o apoio fora do período de aulas e a educação inclusiva exige mais recursos, sendo que os alunos precisam de mais apoio de acompanhantes, a nível escolar e de socialização, havendo também necessidade de mais apoio familiar.

O orador Vítor Reis (docente do ensino superior a nível de educação especial), em síntese (tendo presente a apresentação disponibilizada na [página da Comissão](#)) defendeu que a escola deve partilhar a unidade na diversidade, indicou os procedimentos fundamentais necessários (nomeadamente a nível dos currículos e da atitude dos recursos humanos) e elencou as dificuldades, designadamente, a formação dos professores, o desconhecimento sobre as deficiências por parte das famílias, a necessidade de mais explicação sobre o regime legal, recursos humanos especializados e carga horária, realçando que a educação inclusiva é mais um desafio para a escola.

A oradora Sara Felizardo (docente do ensino superior a nível de educação especial), em síntese, realçou o papel das instituições de ensino superior a nível de formação e investigação, defendeu que a escola deve adotar um referencial inclusivo, equacionando a educação inclusiva como um processo, que responde à diversidade e potencia o acesso e a participação de todos, realçou as referências legislativas internacionais e nacionais, referiu as alterações frequentes, a fragmentação, a terminologia diversa, considerou o professor como mobilizador e descodificador, concretizou os vários pilares a desenvolver, as competências profissionais dos alunos para um

projeto de vida, a utilização de técnicas diferenciadas, fundamentadas, o desenvolvimento de competências práticas, das relações interpessoais, da autonomia, autodeterminação e liberdade das crianças e enfatizou a necessidade de formação dos professores, do envolvimento dos pais e cuidadores e do aumento dos recursos humanos de apoio.

Os participantes no debate (identificados na [página da Comissão](#)) referiram depois o seguinte, em síntese:

1. Os representantes dos sindicatos de professores referiram, em síntese, que a legislação tem boa intenção, mas a prática não a acompanha, havendo necessidade de equipamentos adaptados, turmas mais pequenas, mais recursos humanos, mais tempo, respeito pelos alunos e sua autodeterminação, mudança na escola (com as condições para esse efeito), escolas para portadores de deficiência cognitiva (que são enquadrados por uma portaria com 30 anos e tendo em conta o transporte em carrinhas adaptadas e com apoio financeiro igual ao dos transportes normais), paralelismo pedagógico e certificação de equivalência, mais esclarecimento das famílias sobre a deficiência, realização do balanço e avaliação previstas do decreto-lei, estabilidade das políticas, redução da carga burocrática do regime legal e prioridade destes alunos a nível do plano de recuperação das aprendizagens;
2. Os representantes das confederações de pais realçaram, em síntese, as diferenças entre as deficiências severas (que exigem mais recursos e um adulto de suporte) e as dificuldades de aprendizagem, referiram a prática de o professor titular ter um professor adjuvante, a necessidade de uma estratégia nacional, de apoio a nível de integração no mercado de trabalho, a existência de alunos sem apoios e deram exemplos de escolas com práticas relevantes a nível de inclusão de alunos;
3. A representante da Ordem dos Psicólogos, em síntese, referiu a necessidade de ajustes dos currículos, dos conhecimentos para a vida, de medidas diferenciadas (com equipas multidisciplinares), de capacitação dos recursos humanos, alunos e famílias e de existência de um sistema de referenciação, com resposta das escolas e dos centros de saúde;
4. A representante da Federação Portuguesa para a Deficiência Mental realçou a relevância dos Centros de Recursos para a Inclusão, com equipas fundamentais, que vão às escolas e são essenciais para o apoio às crianças com deficiência, sendo financiados pelo Ministério da Educação em valores que se mantêm sem atualização há seis anos (o que gera a redução das equipas) e com natureza precária, que podem ter renovações anuais ou não, atentos os apoios disponibilizados pelo Ministério;
5. O representante do sindicato do pessoal não docente salientou a importância da disponibilização dos recursos humanos necessários, tendo em conta a especificidade da área, defendeu que o investimento em educação não é um custo, é produzir riqueza e



Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

acautelar outras despesas posteriores, indicou que a mobilidade dos trabalhadores não está a ser resolvida, solicitou a sua estabilidade e formação e bem assim a criação de uma carreira específica de auxiliares de ação educativa.

Intervieram depois os 3 oradores iniciais, pronunciando-se sobre as matérias equacionadas no debate e de seguida os membros do Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva representantes dos vários Grupos Parlamentares, Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Bebiana Cunha (PAN).

A terminar, o Coordenador do Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva realçou que a escola é de todos e para todos e fez referência às atividades desenvolvidas pelo GT EI durante a sessão legislativa.

A gravação da audição, os contributos recebidos e a indicação dos participantes no debate estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2021,

A assessora

Teresa Fernandes